Artigo 389.º-E — Aquisições de utilização permanente:

1) Móveis 53.059\$15

Artigo 389.º-F — Despesas de conservação e aproveitamento do material:

1) De imóveis:

a) Prédios urbanos 2.021\$40

2) De móveis 28.163\$30

Artigo 389.º-G — Material de consumo corrente:

1) Matérias-primas e produtos acabados ou meio acabados para usos industriais 33.414\$30

2) Impressos 10.877\$50

3) Artigos de expediente e diverso material não especificado 29.989\$33

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 389.º-H — Despesas de higiene, saúde e conforto:

1) Serviços clínicos e de hospitalização 1.940\$00

2) Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza 10.494\$62

Artigo 389.º-I — Despesas de comunicações:

1) Correios e telégrafos 1.218\$80

2) Telefones 699\$80

3) Transportes 72.127\$45

Artigo 389.º-J — Encargos administrativos:

1) Publicidade e propaganda 13.500\$00

Artigo 389.º-L — Outros encargos:

1) Força motriz 9.047\$90

2) Despesas com a demarcação dos territórios das freguesias e dos prédios rústicos:

a) Custo e colocação dos marcos de demarcação dos prédios rústicos, a reembolsar dos proprietários (artigo 23.º do Decreto n.º 12.451, de 9 de Outubro de 1926) 144.310\$80

3) Despesas a realizar com os trabalhos de fotogrametria aérea e sinalização, incluindo material 156.266\$60

4) Especialização de técnicos no estrangeiro e representação em congressos internacionais 30.000\$00

(a) Só podem ser abonadas de harmonia com o § 2.º do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935.

(b) Por esta verba são satisfeitas todas as despesas com trabalhos de campo, incluindo pessoal e material.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Julho de 1948. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Daniel Maria Vieira Barbosa.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto-Lei n.º 36:972

Sendo indispensável manter a eficiência da nossa esquadilha de submersíveis e tornando-se possível adquirir ao Almirantado Britânico três unidades desse tipo;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É autorizado o Ministério da Marinha a adquirir ao Almirantado Britânico três submersíveis, respectivo armamento e indispensáveis sobresselentes.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Julho de 1948. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — An-

Artigo 298.º — Aquisições de utilização permanente:

1) Móveis 53.059\$15

Artigo 299.º — Despesas de conservação e aproveitamento do material:

1) De imóveis:

a) Prédios urbanos 2.021\$40

2) De móveis 28.163\$30

Artigo 300.º — Material de consumo corrente:

1) Matérias-primas e produtos acabados ou meio acabados para uso industriais 33.414\$30

2) Impressos 10.877\$50

3) Artigos de expediente e diverso material não especificado 29.989\$33

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 301.º — Despesas de higiene, saúde e conforto:

1) Serviços clínicos e de hospitalização 1.940\$00

2) Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza 10.494\$62

Artigo 302.º — Despesas de comunicações:

1) Correios e telégrafos 1.218\$80

2) Telefones 699\$80

3) Transportes 72.127\$45

Artigo 303.º — Encargos administrativos:

1) Publicidade e propaganda 13.500\$00

Artigo 304.º — Outros encargos:

1) Força motriz 9.047\$90

2) Despesas com a demarcação dos territórios das freguesias e dos prédios rústicos:

a) Custo e colocação dos marcos de demarcação dos prédios rústicos, a reembolsar dos proprietários (artigo 23.º do Decreto n.º 12.451, de 9 de Outubro de 1926) 144.310\$80

3) Despesas a realizar com os trabalhos de fotogrametria aérea e sinalização, incluindo material 156.266\$60

4) Especialização de técnicos no estrangeiro e representação em congressos internacionais 30.000\$00

tónio de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

Superintendência dos Serviços da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 12:492

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, aumentar ao efectivo dos navios da Armada, a contar do dia 12 de Julho do corrente ano e na situação de armamento normal, um navio-patrolha,

adquirido nos Estados Unidos da América do Norte, com a designação de navio-patrolha *Sal*.

Ministério da Marinha, 16 de Julho de 1948.— O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Thomaz*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Legação da Suíça, o Governo do Paquistão aderiu à Convenção de Berna para a protecção das obras literárias e artísticas, revista pela última vez em Roma em 2 de Junho de 1928.

Esta adesão tornou-se efectiva em 5 de Julho de 1948.

Secretaria-Geral, 7 de Julho de 1948.— O Secretário-Geral, interino, *António de Faria*.

Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo informa a Legação da Suíça, aderiram ao Acordo de Neuchâtel, concernente à conservação e restauração dos direitos de propriedade industrial afectada pela segunda guerra mundial e ao protocolo de encerramento a ele anexo, a Zona Internacional de Tânger, na sessão de 26 de Fevereiro de 1948, e o Principado de Liechtenstein, por proclamação de 14 de Novembro de 1947.

Na conformidade do artigo 9.º do mesmo Acordo, a adesão da Zona de Tânger tornou-se efectiva a partir de 26 de Fevereiro de 1948 e a do Principado de Liechtenstein a partir de 14 de Novembro de 1947.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 12 de Julho de 1948.— O Director-Geral, *Luis Esteves Fernandes*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção-Geral de Fomento Colonial

Portaria n.º 12:493

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, tendo em vista o disposto no n.º 10.º

do artigo 1.º e no n.º 2.º do artigo 26.º do Decreto n.º 34:076, de 2 de Novembro de 1944, que sejam emitidos e postos à venda no Estado da Índia, pelo preço de 1 rupia, 5:000 blocos das dimensões de 108^{mm} × 149^{mm} com os cinco selos de franquia postal mandados pôr em circulação pela Portaria n.º 12:348, de 8 de Abril último.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» do Estado da Índia.

Ministério das Colónias, 16 de Julho de 1948.— O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 12:494

Tendo-se verificado haver conveniência, para execução do despacho ministerial de 26 de Maio último, na criação de uma nova comissão para regular o abastecimento de batata à região de Coimbra: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, de harmonia com a 2.ª parte do n.º 3.º e com o n.º 7.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 29:904, de 7 de Setembro de 1939, e nos termos do § único do mesmo artigo, criar uma comissão destinada a regular o abastecimento de batata à cidade de Coimbra, a qual funcionará nesta cidade nos moldes das já criadas para Lisboa e Porto pela Portaria n.º 12:439, de 12 de Junho último.

Ministério da Economia, 16 de Julho de 1948.— O Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, *José Augusto Correia de Barros*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral do Porto de Lisboa

Declara-se que, por despacho de S. Ex.ª o Ministro das Comunicações de 7 do corrente, foi autorizada a antecipação dos duodécimos da verba orçamental do n.º 3) «Publicidade e propaganda» do artigo 14.º «Encargos administrativos», da classe «Pagamento de serviços e diversos encargos», do orçamento privativo de despesas da Administração-Geral do Porto de Lisboa em vigor no actual ano económico.

Administração-Geral do Porto de Lisboa, 8 de Julho de 1948.— O Administrador-Geral, *Salvador de Sá Nogueira*.